

O APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA: AS MUDANÇAS NO MODELO DE PRODUÇÃO E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

THE DEEPENING OF INEQUALITY AND POVERTY IN LATIN AMERICA: CHANGES IN THE PRODUCTION MODEL AND IN WORK RELATIONS

Suzana Przybyszewski Barros¹

Ruteléia Cândida de Souza Silva²

RESUMO

Tematizando os efeitos da reforma neoliberal, imposta pelo capitalismo central aos países periféricos, com base na crise dos “anos dourados”, este artigo aborda as implicações dos ajustes impostos aos países da América Latina, diante de um ambiente de reestruturação produtiva e de aprofundamento da desigualdade e da pobreza. De cunho bibliográfico e documental, busca analisar alguns efeitos desses ajustes sobre as configurações do trabalho e o consequente aumento da desigualdade e da pobreza na América Latina. Como resultado, as aproximações teóricas apresentadas – submetidas à análise qualitativa – permitiram considerar que as transformações no mundo do trabalho, que visam à produção exponencial de riqueza, geram o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social.

Palavras-chaves: América Latina; trabalho; desigualdade; pobreza.

ABSTRACT

Thematizing the effects of neoliberal reform, imposed by central capitalism on peripheral countries, from the crisis of the “golden years”, this article addresses the implications of the adjustments imposed on Latin American countries, in the face of an environment of productive restructuring and deepening of inequality and poverty. Bibliographic and documentary in nature, this article seeks to analyze some effects of these adjustments on work configurations and the consequent increase in inequality and poverty in Latin America. As a result, the theoretical approaches presented - submitted to qualitative analysis - allowed to consider that the transformations in the world of work that aim at the exponential production of wealth generate the deepening of poverty and social inequality.

Keywords: Latin America; work; inequality; poverty.

1. INTRODUÇÃO

O processo de mudança considerável que ocorre no mundo do trabalho hoje, exposto por Antunes (2009) como *nova morfologia do trabalho* acompanha as repercussões significativas das transformações em países capitalistas centrais que impuseram aos países da América Latina políticas de ajuste estrutural. Isso ocorre nas em suas formas de inserção na estrutura produtiva e na representação sindical e política. Devido a modificações intensas,

¹ Assistente social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

² Doutora e mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso, com atuação no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social.

especificamente nos anos 1980, a *classe que-vive-do-trabalho* sofreu uma crise aguda que atingiu não só sua *materialidade*, mas também sua subjetividade, que, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou sua *forma de ser* (ANTUNES, 1999).

Diante dessa crise estrutural, ocorreram transformações no sistema de produção mundial que se concretizaram perante a revolução tecnológica, por meio do processo de globalização e transnacionalização, e trouxeram consequências ao mundo do trabalho.

Essas consequências favoreceram, predominantemente nas economias latino-americanas, o aparecimento do desemprego e, do trabalho informal, o crescimento das atividades informais voltadas ao segmento de *sobrevivência* e o consequente desenvolvimento da pobreza³. Inevitavelmente, uma das formas de superação dessa crise, nos anos 1980, é o crescimento dos países desenvolvidos, por meio da financeirização das empresas nas economias semi-industrializadas latino-americanas (SALAMA, 1998).

Essa lógica financeira do regime de acumulação gera um caráter volátil de crescimento que causa maior concentração de renda e aumento da pobreza, promovendo um distanciamento social entre as maiores rendas e as condições de pobreza da maioria da população. Nos termos de Yamamoto (2008), ela gera um verdadeiro “*apartheid social*”.

Assim, a relação de dependência se intensificou nos países situados na periferia da finança mundializada. Assim, as dívidas contraídas pelos países da América Latina nesse processo se tornaram um instrumento que permitiu impor a esses países políticas enérgicas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização.

Nesse contexto, de imposição de reestruturação produtiva, ocorre a agudização da exploração e da expropriação, o desemprego estrutural e a precariedade do trabalho. Como consequência desses processos promovidos e financiados pelos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC) –, observa-se o aumento dramático da desigualdade social e da pobreza em todos os países da região e o retrocesso das conquistas democráticas da década de 1980 (BORÓN, 2002).

Diante desse contexto, neste estudo buscou-se analisar, de forma crítica, alguns desses efeitos na relação desse processo de transformações e ajustes sobre as configurações do trabalho e consequente aprofundamento da desigualdade e da pobreza na América-Latina.

Ao analisar a expansão do neoliberalismo e suas imposições de ajustamento das economias latino-americanas para garantir a acumulação de capital, a recomposição da taxa de lucro, o aumento do ritmo de crescimento e a superexploração, consideramos dados recentes da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL), no Panorama Social da América Latina 2019 em relação à ampliação das desigualdades distribuídas territorialmente.

Tal documento aponta que na América Latina existem atualmente cento e noventa e um milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, o que equivale a um aumento de 0,7% em relação ao percentual apresentado por esse organismo em 2018 (CEPAL, 2019).

³ Ressalta-se que ao caracterizar a pobreza, este estudo não a reduz a privações materiais, ainda que, em alguns momentos, mencione aspectos socioeconômicos, tendo em vista que a pobreza é produto da dominância do modo de produção capitalista, que provoca simultaneamente a acumulação de riqueza e a miséria. A pobreza não somente revela o não acesso da classe trabalhadora à riqueza socialmente produzida, como se traduz em exclusão ou regressão de acesso a direitos, colocando às claras a desigualdade no acesso aos bens e serviços sociais e aos direitos absolutamente necessários, como: saúde, moradia, habitação, educação (NETTO, 2007).

Em 2019, os países latino-americanos obtiveram a menor taxa de crescimento dentre todas as regiões do mundo, estando no oitavo ano consecutivo abaixo da média mundial. Na política foram observadas transições de poder no Brasil e na Argentina e insatisfação popular em relação aos governantes, manifestada no Chile e Bolívia por meio de protestos e turbulências. Esses dados demonstram o aprofundamento das desigualdades estruturais no acesso à propriedade, na qualidade do trabalho e emprego, no tipo e valor dos rendimentos e no acesso aos direitos e políticas sociais.

Cabe acrescentar que para realizar este estudo foi realizada pesquisa de caráter qualitativo, de cunho bibliográfico e documental, buscando agregar o maior número de informações possível, reunidas por meio de um acervo teórico, conceitual e histórico que permitiu contribuir para o avanço do conhecimento acerca do tema proposto, nos termos de Marsiglia (2011).

O recurso às fontes bibliográficas priorizou a produção teórica publicada em livros, artigos científicos, teses e dissertações, não necessariamente restritas ao Serviço Social, mas alcançando publicações de outras áreas do conhecimento, permitindo estabelecer uma reflexão crítica acerca do tema, mediante a fidedignidade ao conteúdo das obras utilizadas (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2013). Já as fontes documentais foram consultadas, sobretudo, para acessar textos normativos e relatórios institucionais, indispensáveis à apreensão da temática estudada.

2. AMÉRICA LATINA E A EXPANSÃO DO NEOLIBERALISMO

A década de 1970 é marcada pelo rompimento do grande capital com as experiências de Estado Social⁴, estabelecido nos países do capitalismo central europeu após a Segunda Guerra Mundial (BOSCHETTI, 2016).

Isso se deve ao fato de que após um longo período de acumulação de capitais, durante o apogeu do fordismo e da fase *keynesiana*, o capitalismo começou a dar sinais de crise, evidenciada pela queda das taxas de lucro; pelo esgotamento do padrão de acumulação *taylorista/fordista*; pelo crescimento e pela relativa autonomia da esfera financeira em relação aos capitais produtivos; pela maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas e pela; crise do Estado Social (ANTUNES, 2009).

Diante desse quadro de esgotamento da longa onda expansiva, a dinâmica capitalista começou a experimentar uma onda longa recessiva, na qual o ritmo do crescimento econômico despencou e as taxas de lucro caíram. Assim, para reverter e travar esse movimento de queda, a burguesia monopolista colocou em ação uma ofensiva ao Estado Social configurada no ideário neoliberal (NETTO, 2007).

Assim, segundo Dardot e Laval (2016), os anos 1980 foram marcados pelo rompimento com o *welfarismo* e pela implementação de políticas neoliberais como formas de responder à crise econômica e social do regime fordista. Trata-se da implementação de uma política conservadora e neoliberal comandada pelos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos que questionava a regulação *keynesiana* macroeconômica, sobretudo a política de demanda destinada a sustentar

⁴ Boschetti (2016) se utiliza do termo *Estado Social* como categoria apropriada para explicar a natureza do Estado capitalista, que surgiu após a crise de 1929 e se expandiu nos países do capitalismo central e periférico após a Segunda Guerra Mundial, assumindo importante papel na regulação das relações econômicas e sociais e, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, formado por políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social.

o crescimento e realizar o pleno emprego. Essas novas formas políticas alteraram de modo radical a forma de exercício do poder governamental e revelaram uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e financeirização do capitalismo.

Como resposta à sua própria crise, a economia capitalista implementou a reforma neoliberal – nos países centrais e periféricos –, uma forma de elevar a taxa de mais-valor e incentivar a retomada da lucratividade do capital; e maximizar a transferência de recursos da periferia para o centro. Desse modo, impulsionou a dinâmica de acumulação nos países centrais e a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização e valorização para o capital sobrando, que se manifestou pelo aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial (CARCANHOLO, 2010).

Esse cenário impôs aos países da América Latina as políticas de ajuste estrutural e, mais tarde, de liberalização e desregulamentação financeira e comercial, visto que “[...] a dívida do ‘Terceiro Mundo’ foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas enérgicas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização [...]” (CHESNAIS, 2005, p. 67).

Essa imposição se deve à relação de dependência e endividamento dos países de economia periférica com os países centrais, tendo em vista que por conta da contração de demanda, que acompanha a crise nos países centrais, o capital não investido no setor produtivo se desloca em direção

[...] à esfera da circulação sob a forma mais arcaica de acumulação: o empréstimo, e como corresponde a tal época sobre a pressão cambial, o preço do dinheiro é determinado pelos próprios donos do capital [...] assim se produz um derrame de empréstimos às economias do nosso continente, com aumentos paulatinos das taxas de juros e a diminuição muito mais rápida das rendas líquidas de capital financeiro (SALINAS, 2009, p. 131).

Netto (2007) afirma que a relação de exploração entre essas economias – centrais e periféricas – constitui-se historicamente como uma relação que se manteve intensiva durante as três décadas de ouro, pois os recursos oriundos da periferia contribuíram para que as grandes economias centrais financiassem seu Estado Social. Após o abandono do pacto *kenesiano* nos países de economia centrais, os mecanismos de exploração de recursos foram qualitativamente ampliados com a entrada em cena dos instrumentos de eternização da dívida externa de uma porcentagem de países da América Latina.

Nesse contexto, a estruturação da economia capitalista sofreu profundas mudanças em sua configuração. A mundialização da sociedade globalizada foi acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças, tendo como suporte as instituições financeiras, que passaram a operar com o capital que rende juros, apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. Todo esse processo foi impulsionado pelos organismos multilaterais que capturam os Estados Nacionais e o espaço mundial e acabam reestruturando a produção e o consumo, ampliando a relação de dependência da periferia em relação aos países centrais (IAMAMOTO, 2008).

Vale destacar que a reprodução ampliada do capital, que nos países centrais aprofundou o processo de acumulação do capital, impediu esse mesmo processo nos países periféricos, tendo em vista que onde era mais abundante o capital foi acumulado com mais rapidez, e onde era escassa sua mobilização e acumulação, foi muito mais lenta e contraditória. Esse impedimento nos países periféricos é resultado de um conjunto de condições sociais e econômicas que, ao mesmo tempo em que promovia a acumulação primitiva do capital monetário, tornou a acumulação

do capital industrial menos lucrativa e menos segura, estabelecendo uma relação de dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local do capital associada à dominação política (MANDEL, 1982, p. 37).

Em síntese, Salama (1998) e Martins (2011) afirmam que o processo de centralização do capital atingiu a América Latina em duas fases: a primeira a partir dos anos 1970, prolongando-se até os anos 1980, período em que, em geral, se manteve uma estrutura protecionista para apoiar a geração de *superávits* destinados ao pagamento dos juros e serviços da dívida externa, e a segunda, generalizada nos anos 1990, caracterizada por uma arquitetura macroeconômica fundada na liberalização comercial, financeira e na fixação/valorização do câmbio. Essa arquitetura deu origem a uma crise insustentável que transformou os *superávits* comerciais em *déficits*.

Ademais, há uma forte cooperação das classes dominantes locais na implementação desses ajustes, resultando em uma dominação maior que os períodos anteriores, caracterizada pelo forte endividamento e pela dependência tecnológica externa (BEHRING, 2008). Não se pode deixar de considerar que essa dominação se expressa em nível mundial tanto na reestruturação produtiva quanto na dominação política.

Na América Latina, o primeiro país a assumir esse modelo foi o Chile, em 1973, no governo do general Pinochet, que se caracterizou pela abolição da democracia e pela instalação de ditadura militar (SALAMA, 1998).

Desse modo, as mudanças na economia capitalista mundial, gestada no pós-década de 1970, para construir uma nova etapa de acumulação de capital, atingiram seu ápice nos anos 1990 e operaram de acordo com as intensas transformações e o reordenamento do capitalismo mundial. Trata-se, portanto, de medidas anticrise recomendadas aos países da periferia mundial para neles preservar, a condição de dependentes dos centros mundiais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A reestruturação produtiva foi marcada por uma resposta agressiva do capital para recuperação da queda tendencial das taxas de lucro na década de 1970 e se caracterizou pela revolução tecnológica e organizacional na produção em busca do diferencial de produtividade do trabalho; pela desvinculação das taxas de lucros do crescimento e da manutenção do emprego; pela naturalização do desemprego; pelos questionamentos dos direitos sociais; e pela desmobilização dos movimentos populares e dos trabalhadores (BEHRING, 2018).

Já o processo de mundialização da economia se configurou na reformulação das estratégias empresariais e dos países para a inserção destes no mercado mundial de mercadorias e capitais, o que resultou na redivisão social e internacional do trabalho. Uma relação centro/periferia modificada e associada ao processo de financeirização (CHESNAIS, 2005).

Salama afirma que, de modo geral, mesmo que de forma modesta, o crescimento foi retomado, tendo em vista que “[...] [a] queda da inflação e a estabilização macroeconômica, as novas perspectivas vindas da liberalização comercial e financeira, os primeiros passos rumo a uma integração mais densa explicam [a] retomada de crescimento e do investimento e os primeiros sucessos das soluções liberais da crise [...]” (1998, p.235).

Contudo, esse crescimento não se sustentou, e nos anos 1990, conhecidos como *década neoliberal*, observaram-se taxas de crescimento inferiores às dos anos 1980, época conhecida como *década perdida* para a América Latina. Em nível mundial, a década de 1990 também representou um período de instabilidade devido às crises financeiras cambiais do período. Isso se deve à não efetivação da retomada do desenvolvimento, da elevação da competitividade e da redução da pobreza na América Latina, que era prometida pelo Consenso de Washington (CARCANHOLO, 2010).

Martins aponta que fazem parte desse quadro de estagnação de crescimento os seguintes fatores:

[...] [o] crescimento do PIB *per capita* não se sustenta e leva à crise e estagnação entre 1998 e 2003. As ilusões de consumo e de aumento do poder de compra dos trabalhadores, estabelecidas sobre a sobrevalorização das moedas, são revertidas e levam à deterioração dos níveis salariais que se combina com o aumento do desemprego e da pobreza. Ao mesmo tempo se elevam o endividamento externo, a desnacionalização e a destruição dos segmentos de maior valor agregado da região, impulsionando a deterioração dos termos de troca [...] (2011, p. 319).

Esses fatores impactaram sobremaneira em regressão social na América Latina expressada no retrocesso no emprego, distribuição regressiva de renda, ampliação da pobreza e acentuação da desigualdade. Desse modo, a desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invadiu o mercado de trabalho e o tecido social (IAMAMOTO, 2008).

Os Estados nacionais, por sua vez assumiram importante papel no processo de enraizamento dessas novas condições. Isso porque encontram dificuldade em desenvolver políticas industriais e se tornam atrativos para as incursões estrangeiras, por meio da garantia de cobertura de custos de algumas infraestruturas, aplicação de incentivos fiscais, garantia de escoamento e institucionalização de processos de liberalização e desregulamentação em nome da competitividade (BEHRING, 2008).

A completar esse quadro, estão mudanças gestadas na relação entre o Estado e a sociedade civil, orientadas pelo ajuste neoliberal, que se traduzem em políticas de *contrarreforma*⁵ recomendadas pelo Consenso de Washington para reduzir a ação do Estado no atendimento das necessidades sociais, e resultam no amplo processo de privatização de bens públicos, desresponsabilização e desfinanciamento do Estado em relação à proteção social. Desse modo, o Estado passa a ser submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes e renuncia a dimensões importantes da soberania da nação em nome dos interesses do capitalismo financeiro e do pagamento da dívida externa e interna (IAMAMOTO, 2001).

Essas medidas de liberalização, desregulamentação e flexibilização no âmbito das relações de trabalho tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, provocaram a diminuição dos salários, a segmentação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, a diminuição das contribuições sociais e a conseqüente redução dos gastos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), induzindo, dessa forma, a processos de retração e expropriação de direitos (BOSCHETTI, 2016).

Foi nesse contexto que se iniciou a mutação no interior do padrão de acumulação e foram gestadas novas formas de acumulação flexível, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho (ANTUNES, 2009).

3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O IMPACTO NAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

O trabalho, enquanto atividade genérica que permite ao ser social transformar a si mesmo e por esse mesmo processo transformar a natureza, no capitalismo se reduz à produção de riqueza abstrata e ao modo de prover a necessidade vital de subsistência da classe trabalhadora, levando a maioria da população a se sujeitar ao aprofundamento da exploração do trabalho (FONTES, 2017).

⁵ Behring e Boschetti (2011) afirmam que o termo “*reforma*”, utilizado para designar o projeto neoliberal imposto aos países da periferia do capital, se refere a mudanças orientadas para o mercado, portanto, se refere a uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, destituída de seu cunho redistributivo social-democrata e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança, seja lá qual for seu sentido e direcionamento, significasse uma reforma.

Na América Latina, a articulação entre a financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva impôs a enormes segmentos populacionais os impactos da elevação de extração de mais-valor e dos ajustes fiscais impostos. O que resultou em agravamento das desigualdades sociais e maior arrocho das condições da classe trabalhadora (ANTUNES, 2014).

Esses impactos são sinalizados pela ofensiva do capital para extrair mais-valor por meio das reformas neoliberais nos campos previdenciário, trabalhista e sindical e pela redução ou privatização das políticas públicas, pela redução de gastos e investimentos públicos e consequente recessão e desemprego (CARCANHOLO, 2010).

Em relação ao disciplinamento da classe trabalhadora e à naturalização do aumento da exploração do trabalho em razão do aprofundamento das desigualdades sociais, Fontes afirma que para “[...] que ocorra a efetivação capitalista depende da reunião entre [a] exploração do mais-valor e o disciplinamento da população à sua subalternização [...]” (2010, p.217), convertendo-a massivamente em força de trabalho e incorporando-a ao mundo mercantil. Assim, convertida em força de trabalho massiva, ela se sujeita aos desígnios do capital.

Já Marx afirma que “[...] o trabalho cria o capital antes que o capital empregue o trabalho [...]” (2010, p. 1397), tendo em vista que em todas as sociedades existentes, somente o trabalho produz riqueza. Sob o padrão neoliberal, se estabelece o aprofundamento da exploração do trabalho para o aumento da produção de riqueza e recuperação das taxas de lucro para reverter o quadro de estagnação que se estabeleceu anteriormente. Nesse sentido, Iamamoto conclui que o “[...] mais-[valor] é a finalidade direta e o modo determinante da produção. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece como força produtiva do capital [...]” (2001, p.13).

Em relação ao aprofundamento da exploração do trabalho, Iamamoto (2008) destaca que embora existam diferenças, na implementação das políticas de ajustes estruturais nos países latino-americanos, foram verificadas algumas características comuns, como: aumento da produtividade; redução de força viva de trabalho com emprego de meios de produção mais eficientes, que impulsionam o aumento da produtividade do trabalho; incorporação de maquinaria e tecnologia que possibilitam extrair mais produção em menos tempo; redução do tempo de trabalho socialmente necessário; redução do capital variável em detrimento do capital constante e expropriação de direitos sociais. A complementar esse raciocínio, Marx analisa que

[...] [a] contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor [...] (2010, p.1493).

No capitalismo contemporâneo, sob o discurso ideológico de flexibilização, “[...] a desregulamentação do capital – ao nível do capital produtivo das empresas transnacionais e do capital-dinheiro das instituições financeiras – nutre o aumento das taxas de mais-[valor] absoluto e relativo [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 143). Para tanto, a dinâmica do padrão de acumulação capitalista se baseia no processo de superexploração da força de trabalho, caracterizada por baixos salários, ritmos de produção intensificados e, jornadas de trabalho prolongadas, que combinam a extração de mais-valor absoluto com a extração de mais-valor relativo (ANTUNES, 2014).

Conforme já visto, como resultado das transformações e metamorfoses, o mundo do trabalho viveu profundas transformações, que se evidenciam em suas formas de inserção na esfera produtiva, na flexibilização e nos novos padrões de busca de produtividade e na nova adequação da produção à lógica do mercado. Soma-se a esse quadro a flexibilização e os processos que suprimem as condições de subsistência asseguradas pelos direitos trabalhistas. Esses métodos se constituem como formas atualizadas de expropriação social (FONTES, 2010).

Essa conjuntura afetou também o movimento sindical nos países da América Latina, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, caso do Brasil e do México, entre tantos outros, provocando uma crise sindical que, segundo Antunes (1999), se dá no seguinte contexto e tem as seguintes tendências: fosso existente entre os trabalhadores estáveis e os precarizados que cria um abismo social no interior da própria classe trabalhadora; fragmentação, heterogenização e complexificação da *classe que vive do trabalho* que dificulta a organização sindical de outros segmentos que compõem a classe trabalhadora; tendência *neocorporativa*, que procura defender os interesses do trabalhador estável vinculado ao sindicato em prejuízo dos segmentos oriundos do trabalho precarizado, terceirizado e parcial.

Especificamente em relação à América Latina, não se pode deixar de considerar características da superexploração apontadas por Martins (2011) quando este sintetiza que a trajetória dos salários é mascarada em razão das políticas cambiais que em certo momento permitiram à população desfrutar de poder de compra acima de sua renda real, mas provocaram: elevação do desemprego, da pobreza e da desigualdade; alto grau de informalidade do mercado de trabalho; disparidades entre a elevação do nível de qualificação e os níveis de renda.

O autor acrescenta que o poder de compra acima da renda gerou um enorme endividamento e a crise que impôs o ajuste do poder de compra dos salários à realidade e ao padrão de acumulação. Ainda ressalta que apesar de a pobreza ter diminuído no momento de expansão neoliberal, suas raízes se aprofundaram com o aumento do desemprego. Ainda traz exemplos emblemáticos de superexploração do trabalho na América Latina ao citar México, Chile e Brasil, observando nesses países as seguintes características: deterioração salarial, pois os níveis salariais não recuperam os patamares da década de 1980; ascensão da linha de pobreza diante do aumento do nível de escolaridade da população; níveis de redução de pobreza inferiores à elevação da qualificação da população (MARTINS, 2011).

Há de se considerar que a inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho carrega as arcas históricas que presidiram sua formação e seu desenvolvimento e que se atualizam redimensionadas no presente (IAMAMOTO, 2008).

Nessa direção, Salama (1998) afirma que na América Latina perdura a coexistência de formas modernas e antigas de exploração de trabalho, pois a queda de investimento no setor produtivo provoca a perda de empregos no setor industrial e de serviços “modernos” e também a baixa geração de empregos. Com isso, a economia formal da indústria se vê confrontada com problemas análogos aos da economia informal, na medida em que ela sofre com a desvalorização da moeda e a falta de competitividade. A economia informal de serviços se desenvolve no segmento de estrita sobrevivência. Desse modo, a exclusão aumenta e a pobreza, que crescia ao ritmo da aceleração das altas dos preços, passa a crescer em função da insuficiência de empregos gerados.

Salama (2015) acrescenta que nesses países há baixo desenvolvimento de parques tecnológicos em detrimento de pequenas indústrias e setores de comércio e serviços que exigem mão de obra não qualificada ou pouco qualificada e, conseqüentemente, mal remunerada.

O processo de acumulação do capital gera desenvolvimento do modo de produção capitalista e nova acumulação de capital, uma vez que o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Nessa direção, Marx esclarece que

[...] a mudança na composição técnica do capital, [...] faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante. Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação (2010, p. 1493).

Desse modo, com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e impulsos mais poderosos, que operam uma mudança na *composição técnica* e de *valor do capital*. Tendo em vista que se reduz proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho por meio da articulação dos meios de extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo, reduzindo dessa forma o capital variável e aumentando o capital constante, permitindo a ampliação das taxas de lucratividade. Com isso, há um declínio do capital variável em detrimento do crescimento absoluto da população trabalhadora, que cresce mais rápido do que a necessidade de seu emprego para valorização do capital. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativa supérflua que acirra a concorrência entre os trabalhadores e interfere na regulação dos salários. Em suma, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que as da força expansiva do capital (IAMAMOTO, 2001).

Nesse processo de expansão da acumulação capitalista são impostas normas de rentabilidade e exigências relativas à produtividade, à intensificação do trabalho, a baixos salários, a mudanças organizacionais nas estruturas produtivas e à maior flexibilização das formas de remuneração. A contenção salarial, somada ao desemprego de longa duração e a instabilidade do trabalho, acentua a exploração da classe trabalhadora e, leva à exclusão de um contingente de trabalhadores idosos ou pouco qualificados (IAMAMOTO, 2001).

Essas características evidenciam que as políticas neoliberais aplicadas na América Latina colocam à margem grandes segmentos populacionais do benefício do “progresso” econômico. Essa região segue marcada pela pior distribuição de renda e maior concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, tendo em vista que os índices de pobreza são superiores aos do sul da Ásia e da África Subsaariana (BORÓN, 2012).

As políticas de ajustamento neoliberal desencadearam desemprego maciço e prolongado, informalidade em grande proporção (terceirização, subemprego, trabalho temporário), grande rotatividade no emprego, queda de renda média do trabalhador, concentração de renda e desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Acrescentam-se a essas características a brutal exclusão social e, o aumento do desemprego estrutural (ANTUNES, 1999).

Em tempos das políticas ultraliberais que vivemos atualmente, a expansão capitalista intensifica ainda mais a expropriação de direitos e retoma algumas características do trabalho já superadas, que se expressam nas formas secundárias de subordinação dos trabalhadores, tais como o trabalho por peças, o trabalho em domicílio, os estágios em diversos níveis e as empresas de alocação de mão de obra (FONTES, 2017).

Multiplicam-se as formas de aumentar a produtividade média do trabalho baseadas em novas formas de combinação de extração de mais-valor relativo – por meio de tecnologia para reduzir o trabalho necessário e tornar mais barata a reprodução social da força de trabalho – e mais-valor absoluto – via flexibilização das relações trabalhistas e ataques à proteção social do trabalhador (BEHRING, 2018).

Acrescentam-se a esse quadro as formas modernas de deterioração de condições de trabalho, que se assemelham às de épocas já superadas, isso porque junto da precarização do emprego e da redução do poder de compra dos salários se unem como parte de um mesmo processo o prolongamento da jornada do trabalho, a intensificação do trabalho, a desregulamentação das leis trabalhistas e a flexibilização do trabalho, conjugando deterioração do salário e das condições de emprego (OSORIO, 2019).

Essa conjuntura é favorável para empregos com contratos parciais, subcontratações (terceirização e quarteirização), subordinações sem contrato (bolsistas e estagiários), salários por peças, trabalho a domicílio, microempreendedores individuais (MEI) e trabalhadores voluntários com expectativa de serem contratados futuramente. É evidente que estamos diante de uma classe trabalhadora fragmentada, desprovida de direitos e de defesa frente aos interesses do grande capital (FONTES, 2017).

Como se vê, a combinação entre a reestruturação do capital, com o conseqüente aprofundamento da precarização do trabalho e das desigualdades sociais, e o redirecionamento do Estado no sentido de se tornar cada vez menor em relação à regulação social, traz conseqüências perversas à classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

Notadamente, os impactos da ofensiva neoliberal nos países latino-americanos contribuem para aprofundar o processo de concentração de riquezas em que se tem, por um lado, uma pequena parcela da população detentora de bens e capital e, de outro, uma grande maioria que permanece destituída da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2007; IAMAMOTO, 2008).

Evidencia-se que a acumulação privada da riqueza e a sua distribuição cada vez mais desigual geram o aumento proporcional da pobreza e das desigualdades sociais e jogam a grande massa de trabalhadores no “mundo” do trabalho precário, informal e destituído de acesso a direitos.

4. APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Para o desenvolvimento do capitalismo é necessária a produção exponenciada de riqueza e conseqüente produção reiterada da pobreza. Como já visto, para que a acumulação capitalista retomasse os níveis de taxa de lucro após uma onda recessiva, foram implementadas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, os ajustes neoliberais; no entanto, não há produção de riqueza sem geração do fenômeno social da pobreza (NETTO, 2007).

Nesse sentido, com a expansão das forças produtivas e a inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, os impactos recaem sobre a classe trabalhadora, pois à medida que crescem os níveis de exploração e reprodução ampliada da riqueza, aumentam as desigualdades sociais e a pobreza. (IAMAMOTO, 2008). Seguindo esse direcionamento, Salama (1998) afirma que quando o emprego se torna mais raro as desigualdades de renda e a exclusão se desenvolvem.

As pressões impostas para a adaptabilidade, flexibilidade, atratividade e competitividade por parte dos grandes capitais sobre os Estados nacionais se configurou em uma adequação forçada, mas com forte sustentação interna aos processos de reestruturação produtiva e da mundialização do capital. Nesse contexto, a busca de superlucros no âmbito de um prolongamento, de uma onda longa de estagnação do capitalismo mundial, impôs uma refuncionalização do Estado, no sentido de este facilitar os fluxos de capital e mercadorias, muito especialmente em seus elos mais fracos, a exemplo da inserção dependente e subordinada dos países latino-americanos no mercado capitalista mundial (SALAMA, 1998).

O processo de mundialização da economia se configurou na reformulação das estratégias empresariais e dos países para a inserção destes no mercado mundial de mercadorias e capitais, o que resultou na redivisão social e internacional do trabalho. Uma relação centro/periferia modificada e associada ao processo de financeirização (CHESNAIS, 2005).

Sob tais condições nos países latino-americanos, os laços de dependência e dominação imperialista, têm intensificado a luta violenta pela supremacia do capitalismo em si mesmo, constituindo uma realidade destrutiva, inclusive, no âmbito de destituição de direitos sociais. Isso tem reforçado a posição histórica da região, acentuando não apenas a dependência, mas também a superexploração, produzindo e reproduzindo desigualdades, violências e pobreza (IAMAMOTO, 2008).

O aumento da desigualdade, da pobreza e do trabalho precário é produto da reestruturação do capitalismo global e localmente de políticas de privatizações e desregulamentações incluídas na *contrarreforma* do Estado. Impostas por organismos multilaterais, elas causaram a acentuação das desigualdades econômicas e sociais na América Latina (BORÓN, 2012).

Vale ressaltar que na região há insuficiente oferta de emprego, longas jornadas e alta informalidade, que levam à desproteção social. Além disso, os salários-mínimos são insuficientes para superar a pobreza e a proporção de pessoas cujos salários são inferiores ao mínimo legal é alta, chegando à média de 40% da população ocupada. Esta proporção é especialmente elevada entre os jovens, os idosos e as mulheres (CEPAL, 2018).

Os altos índices de informalidade constituem uma característica predominante dos mercados de trabalho na América Latina. A informalidade implica em falta de acesso à seguridade social, a jornadas de trabalho definidas, ao seguro-desemprego e à proteção à maternidade, entre outros direitos ainda garantidos na legislação trabalhista. Uma das formas de inserção menos protegida é o trabalho autônomo e precário, que costuma se concentrar em setores de baixa produtividade e com escasso acesso a benefícios sociais, principalmente à proteção social contributiva (CEPAL, 2018).

Não é por acaso que dentre as regiões com maior desigualdade no mundo, a América Latina segue como a região mais desigual do mundo, tendo níveis de pobreza acima da África Subsaariana (segunda região mais desigual) e apresentando um índice Gini médio quase um terço superior ao da Europa e da Ásia Central (CEPAL, 2018). Para exemplificar a desigualdade social na região, pode-se citar como exemplo, o Chile:

[...] com um PIB *per capita* de 25 mil dólares ao ano, a metade dos trabalhadores recebe um salário inferior a 550 dólares por mês e praticamente todos os serviços – educação, saúde, medicamentos, transporte, eletricidade, água etc. – impactam os gastos dos assalariados. Em termos de patrimônio, o 1% mais rico detém 26,5% da riqueza, e os 10% mais ricos concentram 66,5%, enquanto os 50% mais pobres têm acesso a somente 2,1% da riqueza do país (BÁRCENA, 2019, não paginado)

Em relação a essa desigualdade, Bóron (2002) afirma que as políticas de ajustamento aplicadas nessa região potencializaram a concentração de renda de uma minoria rica em detrimento da maioria da população. É por esse motivo que a região segue com níveis de pobreza maiores do que do sul da Ásia e da África Subsaariana. Essa polarização da riqueza é representada quando, em suas análises, o autor afirma que a renda média de um executivo no Brasil, descontados os impostos, é 93 vezes maior que a renda *per-capita* do país; já na Venezuela ela é 49 vezes maior, no México, 45 vezes maior, e na Argentina, 39 vezes.

Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2019) trazem que nessa região os índices de pobreza e pobreza extrema aumentaram. Conforme dados recentes da CEPAL (2019), existem na América Latina setenta e dois milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, o que equivale a um aumento de 0,8% em relação ao percentual de 2018 e um aumento de 0,7% no percentual de pessoas vivendo em situação de pobreza. Corroboram os dados apresentados a assertiva de Netto de que na “[...] vida socioeconômica não existe jogo de soma zero, as políticas de ajuste favoreceram, ampla e escandalosamente, os grandes capitalistas (individuais e/ou coletivos) e os seus serventúrios diretos [...]” (2007, p. 151).

O recente estudo da CEPAL (2019) concluiu que a pobreza é o maior desafio para as economias latino-americanas, no entanto, diante da “questão social” maximizada, as políticas de enfrentamento da pobreza estão longe de reduzir esses níveis. Pobreza e desigualdade são constitutivos inseparáveis da acumulação capitalista; o que pode variar são seus níveis e padrões. Além do mais, o combate às desigualdades não faz parte do conjunto prático ideológico do neoliberalismo (NETTO, 2007).

Vale ressaltar que os ajustes impostos aos países da América Latina subordinaram as políticas sociais e as intervenções estatais, a ações focalizadas e a intervenções pontuais e precárias, que buscam atenuar os resultados da reestruturação produtiva que levaram à agudização da exploração e da expropriação (OSORIO, 2019).

Em relação à concentração de renda, Brasil e Chile figuram respectivamente em segundo e terceiro lugar no *ranking* dos países com maior concentração de renda do mundo. Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas, no Brasil, 28,3% da renda total do país está concentrada nas mãos do 1% mais rico, enquanto no Chile o 1% mais rico concentra 23,7% (ONU, 2019).

Conforme apontam, os estudos anteriormente citados, está-se diante de um contexto de aprofundamento da agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina, que, tendo os Estados Unidos como centro de comando principal, encontra em vários países latino-americanos setores da burguesia subordinados, que apoiam e estabelecem um consenso burguês em torno da necessidade de aceleração das *condições ideais para a acumulação do capital* (BEHRING, 2018).

5. CONCLUSÃO

Procurou-se, durante este percurso, demonstrar a forte ofensiva sofrida pelos países da América Latina e como esses contribuem, de modo mais direto, para a transferência de excedente de valor, por meio da articulação entre financeirização da economia, reestruturação produtiva e ajustes neoliberais. Tal contexto impôs à classe trabalhadora o aprofundamento da exploração e teve como consequência o aprofundamento das desigualdades sociais. Isso porque o ajustamento dos países latino-americanos foi imposto sem que fosse feita uma consulta democrática ao conjunto da população, ficando a esta o encargo de arcar com seus resultados, que se manifestaram por meio da agudização da exploração do trabalho e da desigualdade na apropriação da renda gerada no processo produtivo.

Diante desse quadro, características históricas da formação e do desenvolvimento dessa região se exponenciaram e se atualizaram, de maneiras redimensionadas no presente. Isso acirrou ainda mais a relação de dependência dessa região em relação aos países de capitalismo central, com a captura dos Estados nacionais, que garantem formas de domínio, subordinação e exploração dos países dessa região ao capital internacional.

Em tempos de agenda ultraliberal, os Estados aprofundam as *contrarreformas* para desprover os trabalhadores de direitos, transformando-os em massa trabalhadora fragmentada, assegurando sua disponibilidade e docilidade para aos ditames do capital. Os trabalhadores estão sofrendo as consequências da corrosão dos direitos sociais e de suas conquistas históricas e sendo lançados à própria sorte em busca de trabalho precarizado, intermitente, informal e flexível.

Não se pode deixar de considerar nessas imposições a mercantilização dos bens públicos e das políticas sociais, pois consistem em renovadas formas de garantia da acumulação do capital. Tais políticas passam a se resumir em políticas de enfrentamento da pobreza voltadas aos mais pobres, no sentido de minimizar as assimetrias das desigualdades provocadas pela reestruturação produtiva imposta, que resultaram em agudização da exploração e da expropriação.

Características históricas das economias latino-americanas se acentuam e novas roupagens são dadas a velhas formas de exploração que, baseadas na ideologia do autoemprego, do empreendedorismo, dos negócios próprios mediados pelo discurso das oportunidades e liberdades de escolhas individuais, na *urberização* e na concorrência, justificadas e ocultadas pelas tecnologias da informação, obscurecem as relações de exploração e assalariamento e suprimem ainda mais o acesso ao emprego e expropriam os direitos, metamorfoseando e combinando novas e velhas formas de extração de mais-valor.

A desigualdade estrutural que impera na América Latina se alimenta da forte concentração de renda e de propriedade, dos baixos rendimentos, flexibilização e precarização do trabalho, da retirada de direitos sociais e trabalhistas e de políticas focalizadas de combate à pobreza. Acrescenta-se a esse quadro a polarização crescente de riqueza na América Latina, na qual os ricos da região, posicionados nas listas das maiores fortunas do planeta, são a outra face dos milhões de pobres que se concentram nessa região. Desse modo, temos um grupo muito pequeno de pessoas que ocupam o topo da pirâmide e concentram grande parcela da riqueza, em detrimento da maioria da população que vive em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Diante dessa conjuntura, consideramos que é inviável o enfrentamento da pobreza sem mudanças estruturais no modelo econômico concentrador, tendo em vista a incompatibilidade entre a dinâmica capitalista e a supressão da pobreza e redução das desigualdades. Nota-se que interesses de acumulação são incompatíveis com a diminuição das desigualdades históricas enfrentadas nas sociedades latino-americanas.

Contudo, mesmo diante de um cenário tão sombrio para a classe trabalhadora latino-americana, é preciso fomentar a resistência a longos períodos de supressão de direitos e criar condições de reverter o quadro perverso implantado pelas políticas de ajustes neoliberais e caminhar rumo ao alargamento do acesso a direitos e taxação das grandes riquezas. Continuemos na luta, pois ainda há esperança.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a Nova Morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 28 n° 81, p. 39-53, 2014.

BÁRCENA, Alicia. Chegou a hora da igualdade na América Latina e no Caribe. **UNIC Rio de Janeiro**, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-chegou-a-horada-igualdade-na-america-latina-e-no-caribe/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v.2.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, Ajuste Fiscal Permanente e Contrarreformas no Brasil da Redemocratização. **Anais**. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória (ES), p. 1-19, 2018.

BORÓN, Atilio Alberto. Las “Reformas del Estado” en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Córdoba: Argentina, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, – São Paulo, ano, IV, v. 4, p. 1-10. ago, 2010.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama social de América Latina 2018**. Santiago: Naciones Unidas, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama social de América Latina 2019**. Santiago: Naciones Unidas, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/S1900909_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 fev. 2020.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempo de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista Marx e Marxismo** – Rio de Janeiro, v. 5. n.º 8, p. 45-67, jan./jun. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano II, n.3, p.9-32. jan./jun. 2001.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril, 1982.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, Ana Elizabete da. *et al.* (Orgs.) **Revista Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2010. Livro I.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: p. 135-170, jan./jun. 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatório de Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI **In Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**. New York: EUA, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_pt.pdf acesso em: 31 jan. 2020.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de: Fernando Correa Prado. 2.^a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

SALAMA, Pierre. ¿Se redujo la desigualdad en América Latina? Notas sobre una ilusión. **Nueva Sociedad**. nº 257, jul/ago. 2015.

SALINAS, Dario. O Estado latino-americano: notas para a análise de suas recentes transformações. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.), **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5^o ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em: 16/05/2020

Aceito para publicação em: 06/04/2021